

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.707 - SP (2019/0294548-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LUCAS HENRIQUE BEPPU
ADVOGADO : LUCAS HENRIQUE BEPPU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP421451
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PETRONIO BARBOSA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PETRONIO BARBOSA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo de Execução Penal n.º 9000356-84.2019.8.26.0482, assim ementado (fl. 75):

"Agravo em Execução. LIVRAMENTO CONDICIONAL - Sentenciado cumpre pena no regime fechado. Concessão do pleito importaria em progressão por salto. Pedido corretamente indeferido - PROGRESSÃO ao regime intermediário. Indeferimento. Sentenciado não comprovou requisito subjetivo. Pedido corretamente indeferido. Agravo improvido."

Consta dos autos que o Paciente cumpre pena privativa de liberdade de 40 (quarenta) anos, 7 (sete) meses e 2 (dois) dias de reclusão, em regime fechado, pela prática de latrocínio e de diversos roubos majorados, com término previsto para 04/11/2032 (fl. 76).

O Juízo das Execuções Penais indeferiu os pedidos de progressão ao regime semiaberto e de livramento condicional formulados pelo Apenado (fl. 39).

Irresignado, interpôs agravo em execução, tendo o recurso sido desprovido pelo Tribunal de origem (fls. 74-80).

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, em síntese, que o Paciente faz jus à progressão ao regime semiaberto, pois teria preenchido os requisitos legais exigidos.

Sustenta que o acórdão combatido carece de fundamentação idônea, pois o benefício foi indeferido apenas com base na longa pena a cumprir e nas faltas disciplinares de natureza grave praticadas pelo Paciente durante o curso da execução, ainda que habilitadas (fl. 5).

Argumenta que "[q]uanto à longevidade da reprimenda, de se ressaltar que sua duração está diretamente relacionada à gravidade do delito, que enseja uma

Superior Tribunal de Justiça

pena maior ou menor de acordo com seu grau de reprovabilidade" (fl. 6).

Salienta, ademais, que o Paciente não possui nenhuma falta disciplinar pendente de reabilitação e a última praticada pelo Paciente já está reabilitada desde 2014, não podendo ser considerada para denegar qualquer benefício (fl. 8).

Conclui, assim, que *"o histórico prisional do ora Paciente revela que é ele merecedor das benesses perseguidas, uma vez que já descontou o lapso necessário da pena em regime FECHADO, além disso, apresenta BOM comportamento carcerário, devidamente comprovado por meio de atestado emitido pelo diretor do estabelecimento prisional"* (fl. 9).

Requer, em liminar e no mérito, a progressão do Paciente ao regime semiaberto (fl. 11).

É o relatório inicial. Decido.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pela Defesa não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

No caso, o Juízo das Execuções Criminais negou o pedido de progressão de regime ao Paciente em razão da ausência do preenchimento do requisito subjetivo, nos seguintes termos (fl. 39; sem grifos no original):

"A pretensão do sentenciado é improcedente.

Com efeito, o sentenciado não reúne méritos subjetivos para alcançar a progressão, uma vez que seu histórico prisional é desfavorável, eis que, além de possuir considerável pena por cumprir (2.032), praticou delitos durante livramento condicional antes concedido e várias faltas disciplinares de natureza grave, evidenciando a ausência de senso de responsabilidade e a inadequação à terapêutica penal aplicada.

Sendo que diante da situação específica do sentenciado apesar do atestado de bom comportamento carcerário não se pode dizer somente com base nele que está preenchido o requisito subjetivo, pois o histórico prisional demonstra com fatos concretos que o sentenciado ainda não desenvolveu meios próprios de autocensura.

Assim, não cabe - por ora - a progressão ao regime semiaberto, pois recomendável o postulante vivenciar por um maior período o regime atual, como prova de que irá absorver a terapia penal para, posteriormente, fazer jus à progressão criminal ao regime intermediário com vigilância mais branda."

O Tribunal *a quo* manteve a decisão de primeira instância, assentando o que se segue (fls. 78-79; grifos diversos do original):

Superior Tribunal de Justiça

"[...]

Portanto, emerge patente o acerto da decisão monocrática, posto que não se afigura razoável que o cativo alcance a progressão ao regime semiaberto e tampouco o livramento condicional antes de demonstrar sinais de ressocialização, revelando-se, também, imprescindível a verificação do seu comportamento em sistema intermediário, antes de alcançar a liberdade.

Some-se a isso o fato de que o fato do sentenciado ostentar 08 faltas disciplinares de natureza grave (fl. 68), inegavelmente, é mais um aspecto negativo que pressupõe não estar preenchido o requisito de ordem subjetiva.

Esse cenário revela que o cativo não está absorvendo a terapêutica penal dispensada, e se revela carente de autodisciplina e de senso de responsabilidade, condições imprescindíveis para ingressar no regime prisional em questão.

Ademais, é importante ressaltar que sempre que foi inserido em regime prisional mais brando o sentenciado tornou a delinquir, o que demonstra efetivamente que o cativo não assimilou a prognose de adaptação em regime mais brando, sendo, pois, temerosa a concessão da progressão ao sentenciado.

Note-se que os elementos negativos do comportamento do sentenciado são preocupantes, e demonstram seu desdém com o Estado-Juiz, eis que, como já dito, ao ser anteriormente beneficiado com o livramento condicional praticou novo delito que o reconduziu à prisão.

Considerada essa conjuntura, aparentemente não se mostra ilegal o indeferimento do pedido de progressão de regime prisional, justificado em circunstâncias desabonadoras ocorridas no decorrer do cumprimento da pena (prática de várias faltas de natureza grave e cometimento de novos delitos durante o livramento condicional anteriormente concedido).

A propósito:

"[...] o indeferimento da progressão de regime é válido, pois amparado na prática de faltas disciplinares de natureza grave - abandono do cumprimento de regime semiaberto anteriormente concedido (evasão) e prática de dois fatos definidos como crimes dolosos (roubos majorados) - ocorridas no curso da execução que se pretende a concessão do benefício." (AgRg no HC 494.742/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 14/06/2019.)

No mesmo sentido:

***"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL***

Superior Tribunal de Justiça

INDEFERIDO. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. HISTÓRICO PRISIONAL DESFAVORÁVEL. DECISÃO FUNDAMENTADA. AGRAVO IMPROVIDO.

1 - É cediço que fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que o indeferimento do benefício somente poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal.

2 - No entanto, a despeito da menção aos referidos elementos abstratos de gravidade, consignaram, tanto o Juízo de 1º grau como o Tribunal, o histórico carcerário conturbado do paciente, consubstanciado na prática de faltas graves - abandono do regime semiaberto e cometimento de novo delito - durante a execução da pena.

3 - **Aplicável o entendimento firmado por esta Corte no sentido de que, a despeito do atestado de boa conduta, o Juízo das execuções pode considerar como não preenchido o requisito subjetivo se baseado em fatos ocorridos durante a execução penal, tal qual o histórico carcerário conturbado. Precedentes.**

4 - A alteração da conclusão alcançada pelas instâncias ordinárias demandaria o revolvimento no contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via estreita do writ.

5 - **Agravo regimental improvido**" (AgRg no HC 345.795/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 13/03/2017; sem grifos no original.)

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE QUANTO AO INDEFERIMENTO DA PROGRESSÃO DE REGIME. RELATÓRIO PSICOSSOCIAL E HISTÓRICO PRISIONAL DESFAVORÁVEIS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Hipótese em que se afigura erro grosseiro a interposição de recurso especial contra acórdão denegatório de habeas corpus. **Precedentes do STJ.**

2. Não se verifica ilegalidade apta a justificar a concessão da ordem, de ofício, na medida **em que o pedido de progressão de regime foi indeferido tendo em vista o relatório psicossocial do agravante, aliado ao seu histórico prisional desfavorável, registrando faltas disciplinares graves, além de já ter obtido benefício da execução anteriormente e voltado a delinquir.**

3. **Agravo regimental desprovido.**" (AgRg no RHC 106.359/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019.)

Superior Tribunal de Justiça

Assim, considero que eventual reconhecimento de ilegalidade na hipótese somente poderá ocorrer quando do julgamento do mérito, após a instrução deste *writ* com as informações e a manifestação do *Parquet*.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deverá fornecer a senha ou a chave de acesso às informações processuais de primeiro e segundo graus, caso seja necessário.

Oficie-se, ainda, ao Juiz das Execuções Penais para que preste esclarecimentos pormenorizados sobre o cumprimento da pena.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora